

BRIG 3 1830557, Joaquim José Abade Fernandes — 26 de Fevereiro de 2004.

BF 1831048, Manuel dos Santos de Jesus — 1 de Abril de 2004.  
CG/Form. 1830616, Manuel Abílio Faustino Estácio — 15 de Julho de 2004.

RC 1821051, Fernando Pinto Meireles — 1 de Novembro de 2004.

Saúde medicina:

CG/Form. 1866141, Sérgio João Oliveira Salvador (a) — 30 de Outubro de 2004.

CG/Form. 1876267, José Vicente Branco Charro (a) — 30 de Outubro de 2004.

CG/Form. 1850365, José Guilherme Monteiro Sobral — 30 de Outubro de 2004.

(a) Adidos ao quadro.

18 de Dezembro de 2006. — Pelo Chefe do Estado-Maior, *Fernando dos Santos Afonso*, coronel de infantaria.

## Direcção-Geral de Viação

### Despacho n.º 592/2007

Considerando que nos termos do despacho n.º 24 403/2006, de 28 de Novembro, o exame de acesso à função de directores de escolas de condução é constituído por prova teórica com recurso a sistema interactivo multimédia e prova oral, realizada perante júri, torna-se necessário definir a sua constituição:

Assim, determino:

1 — As provas orais de candidatos a directores de escolas de condução serão realizadas por júri que terá a seguinte constituição:

a) Dr.ª Susana Paulino, chefe de divisão do Ensino da Condução da Direcção de Serviços de Condutores, sendo substituída, nas suas faltas e impedimentos, pela Dr.ª Fátima Abreu, chefe de divisão da Habilitação de Condutores da mesma Direcção de Serviços;

b) Chefe de divisão de Condutores ou Divisão Técnica do serviço regional onde são realizadas as provas orais, podendo ser substituídos, nas suas faltas ou impedimentos, por assessor ou técnico superior a exercer funções na área de condutores do respectivo serviço regional;

c) Dr.ª Rosália Martins, técnica superior de 1.ª classe, do Laboratório de Psicologia da Direcção-Geral de Viação, substituída nas suas faltas e impedimentos pela Dr.ª Maria Fausta Figueiredo, técnica superior de 1.ª classe do mesmo Laboratório.

2 — A Direcção-Geral de Viação comunicará às entidades formadoras, com cinco dias de antecedência, o dia, a hora e o local da realização das provas orais.

11 de Dezembro de 2006. — O Director-Geral, *Rogério Pinheiro*.

## Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

### Despacho n.º 593/2007

A Portaria n.º 932/2006, de 8 de Setembro, no artigo 3.º, n.º 1, estabelece que os armeiros que se encontrem devidamente licenciados à data de entrada em vigor da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, podem requerer à Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública (DN/PSP), no prazo de seis meses contados da sua entrada em vigor, a atribuição do correspondente certificado de equivalência a que se reporta o artigo 23.º do regulamento anexo àquela portaria.

Nos termos do n.º 2 do mesmo artigo e portaria, os procedimentos e requisitos do mecanismo de certificação são definidos por despacho do director nacional da Polícia de Segurança Pública, por forma a assegurar o cumprimento, com as devidas adaptações, dos objectivos do regime jurídico relativo à formação definido naquela portaria.

De acordo com o estabelecido do artigo 23.º, n.º 1, do Regulamento da Credenciação de Entidades Formadoras e dos Cursos de Formação Técnica e Cívica para Portadores de Armas de Fogo e para o Exercício da Actividade de Armeiro, aprovado pela Portaria n.º 932/2006, de 8 de Setembro, é da competência da DN/PSP a emissão de certificado do exercício da actividade a armeiros que já se encontrem devidamente licenciados à data da entrada em vigor da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro.

Nos termos da mesma disposição legal, o certificado do exercício da actividade equivale, para todos os efeitos, ao certificado de aprovação na frequência do curso de formação técnica e cívica, necessário para o exercício da actividade de armeiro.

Assim, nos termos do artigo 3.º, n.º 2, da Portaria n.º 932/2006, de 8 de Setembro, e tendo em vista os objectivos definidos naquelas disposições legais, através da uniformização dos critérios e requisitos necessários à obtenção do certificado de equivalência, são aprovados os seguintes procedimentos e requisitos:

1 — Os pedidos para obtenção dos certificados de equivalência são apresentados, pelos interessados, ao Departamento de Armas e Explosivos da Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública.

2 — Os pedidos são formulados, através de requerimento elaborado em formulário de modelo próprio, disponível gratuitamente na página electrónica da PSP, dele devendo constar:

- Nome de empresário em nome individual ou denominação social do requerente;
- Número de identificação de pessoa colectiva;
- Número do alvará e da sua inscrição na PSP;
- Sede da empresa, com indicação das filiais e unidades de armazenagem, se as houver;
- Formulação e fundamentação do pedido.

3 — Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 24.º e 48.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, os requerimentos devem ser acompanhados dos seguintes documentos, relativos a todos os sócios e gerentes, ou relativamente aos cinco maiores accionistas ou administradores, conforme os casos:

- Certidões de registo criminal;
- Declarações, sob compromisso de honra, de que não se encontram privados do pleno uso de todos os direitos civis, nem sofreram medida de segurança ou condenação judicial pela prática de qualquer crime;
- Certificados médicos de aptidão física e mental para a actividade de armeiro;
- Curriculum vitae* dos interessados, tendo em vista apurar a suficiência da experiência profissional e dos conhecimentos necessários ao exercício da actividade, designadamente sobre o regime jurídico das armas e suas munições, regime penal relativo às armas e à sua utilização e manuseamento e procedimentos de segurança na guarda, transporte, porte e uso.

4 — O deferimento da certificação de equivalência apenas se destina à dispensa do curso de formação técnica e cívica para a actividade de armeiro.

5 — São aprovados em anexo ao presente despacho, do qual fazem parte integrante, os modelos de requerimento e de certificado de equivalência, que constituem os anexos A e B, respectivamente.

6 — Este despacho entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

4 de Dezembro de 2006. — O Director Nacional, *Orlando Romano*.

## ANEXO A



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

### REQUERIMENTO DE CERTIFICAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA PARA ARMEIROS

(A que se refere o n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 932/2006, de 8 de Setembro)

1.1. Identificação	
Nome/Denominação social:	_____
Número alvará:	_____ de ____/____/____
Número da inscrição do alvará na PSP:	_____ de ____/____/____
Caracterização jurídica:	_____
N.º Identificação de pessoa colectiva:	_____ data de emissão ____/____/____
Entidade emissora:	_____ validade ____/____/____
Representante legal	_____
1.2. Domicílio/Sede	
Rua /Lugar	_____
N.º/Lote	_____ Andar _____ Código Postal _____
Telefone	_____ Telemóvel _____ E-mail _____
Distrito	_____ Concelho _____ Freguesia _____
1.3. Localização da (s) unidade (s) de armazenagem	
a) Rua /Lugar	_____
N.º/Lote	_____ Andar _____ Código Postal _____
b) Rua /Lugar	_____
N.º/Lote	_____ Andar _____ Código Postal _____
c) Rua /Lugar	_____
N.º/Lote	_____ Andar _____ Código Postal _____

Documento D



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

#### 1.4. Formulação e fundamentação do pedido


#### 1.5. Documentação junta:

a) Certidões de registo criminal:	SIM <input type="checkbox"/>	Quantidade <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
b) Declarações, sob compromisso de honra:	SIM <input type="checkbox"/>	Quantidade <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
c) Certificados médicos:	SIM <input type="checkbox"/>	Quantidade <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
d) Curriculum vitae:	SIM <input type="checkbox"/>	Quantidade <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>
e) Outra _____			

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

(assinatura)

Documento D

### ANEXO B



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

#### CERTIFICAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA PARA ARMEIROS

(A que se refere o n.º 1 do art.º 3.º da Portaria N.º 932/2006 de 8 de Setembro)

##### 1.1. Entidade Certificadora

<b>Denominação:</b>	Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública
<b>Sede:</b>	Largo da Penha de França, N.º 1, 1199-010 Lisboa
<b>Órgão Emissor:</b>	Departamento de Armas e Explosivos da Direcção Nacional da PSP

##### 1.2. Entidade Certificada

<b>Nome/Denominação social:</b>	_____
<b>Numero alvará:</b>	_____ de ____/____/____
<b>Número de inscrição do alvará na PSP:</b>	_____ de ____/____/____
<b>N.º Identificação de pessoa colectiva:</b>	_____ data de emissão ____/____/____
<b>Entidade emissora:</b>	_____ validade ____/____/____
<b>Representante legal:</b>	_____

##### 1.3. Declaração de certificação:


Documento D

## Governo Civil do Distrito de Viseu

### Aviso n.º 645/2007

Nos termos do n.º 6 do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e por despacho de 14 de Novembro de 2006 do secretário do Governo Civil do Distrito de Viseu, faz-se público que foi autorizada, no todo, a recuperação do vencimento de exercício perdido a Gracinda Maria Lopes de Almeida Peixoto, com a categoria de assistente administrativo especialista, do quadro de pessoal do Governo Civil do Distrito de Viseu, por faltas de serviço devidamente justificadas por atestado médico (dois dias — 3 e 4 de Agosto).

28 de Dezembro de 2006. — A Secretária, *Maria Fernanda Pais Correia Sampaio Sobral Amaral*.

## Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

### Aviso n.º 646/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 10 de Abril de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Pedro de Jesus Silva, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 28 de Janeiro de 1987, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

10 de Dezembro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

### Aviso n.º 647/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 28 de Julho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Calido Baldé, natural de Bafatá, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 8 de Agosto de 1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

10 de Dezembro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

### Despacho (extracto) n.º 594/2007

Por despachos de 29 de Novembro e de 21 de Dezembro de 2006, respectivamente do reitor da Universidade do Algarve e do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Elsa Lucília Madeira Lopes Lourenço, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Universidade do Algarve, foi transferida, nos termos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, para o quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sendo integrada na carreira de apoio à investigação e fiscalização na categoria de especialista-adjunto de nível 3, ficando posicionada no escalão 1, índice 238. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2006. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

### Despacho (extracto) n.º 595/2007

Por despachos de 30 de Novembro e de 21 de Dezembro de 2006, respectivamente do reitor da Universidade do Algarve e do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foi Telma Maria Monteiro Guerreiro Costa, assistente administrativa do quadro de pessoal da Universidade do Algarve, transferida, nos termos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, para o quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sendo integrada na carreira de apoio à investigação e fiscalização na categoria de especialista-adjunto do nível 3, ficando posicionada no escalão 1, índice 238. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2006. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

### Despacho (extracto) n.º 596/2007

Por despachos de 29 de Novembro e de 21 de Dezembro de 2006, respectivamente do conselho directivo do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e do direc-